



SOLA SCRIPTURA — ASPECTOS

1 – A autoridade da Escritura.

O princípio regulador da Escritura alicerça-se no fato de que a Bíblia é única. Somente a Bíblia é a palavra de Deus. A Confissão de Westminster declara que: — **“a autoridade da Escritura Sagrada, razão pela qual deve ser crida e obedecida, não depende do testemunho de qualquer homem ou Igreja, mas depende somente de Deus (a mesma verdade) que é o seu Autor; tem, portanto, de ser recebida, porque é a Palavra de Deus”** (I.IV). A Escritura é inspirada por Deus. É, portanto, a verdade, e tem a autoridade do próprio Deus. Somente ela, entre todos os livros, possui absoluta autoridade. Só há um Deus — a Trindade ontológica que é transcendente, que criou todas as coisas e que dá sentido à realidade. Do mesmo modo, só existe hoje uma única direção verbal ou fonte escrita da revelação divina. Só existe um único livro que nos declara a mente e a vontade de Deus. Por ser inspirada pelo próprio Deus, a Escritura é auto-autenticada e absoluta. A sua autoridade não depende da Igreja, nem de provas empíricas ou de filosofia humana. À Igreja, e a todos os homens, exige-se que a ela se submetam sem quaisquer reservas ou evasivas, pois ela é a própria voz do Onipotente. Por ser a palavra de Deus, a Escritura é a autoridade final e definitiva para todos os assuntos de fé e de vida. **A Bíblia é o único padrão absoluto e objetivo, pelo qual a ética, a doutrina, o governo da Igreja e a adoração devem ser julgados.** A Confissão de Westminster afirma que: — **“o Juiz Supremo, pelo qual todas as controvérsias religiosas têm de ser determinadas, e por quem serão examinados todos os decretos de concílios, todas as opiniões dos antigos escritores, todas as doutrinas de homens e opiniões particulares, o Juiz Supremo, em cuja sentença nos devemos firmar, não pode ser outro senão o Espírito**





Santo falando na Escritura” (I.X). Homens pecadores e falíveis podem e recebem autoridade delegada por Deus, mas somente Deus, que é o Soberano absoluto e Criador de todas as coisas, tem o direito à sujeição da fé e da obediência dos homens.

2 – A suficiência e perfeição da Escritura.

A compreensão da suficiência, perfeição ou completude da Escritura (que é um dos principais aspectos do entendimento reformado de Sola Scriptura) nos conduzirá a um entendimento mais profundo da conexão inseparável que existe entre o Princípio Regulador da Escritura e o Princípio Regulador do Culto (PRC). Por perfeição da Escritura queremos dizer que a Bíblia é completamente suficiente para aquilo que foi por Deus designada. **“Toda a Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça, a fim de que o homem de Deus seja perfeito e perfeitamente habilitado para toda boa obra”** (2 Timóteo 3:16, 17). Robert Shaw escreveu: — **“A Escritura é apresentada como perfeita, apropriada para atender a toda necessidade, Salmos 19:8, 9; é suficiente para que o homem de Deus seja perfeito, e pode tornar o crente sábio para a salvação pela fé em Cristo Jesus”** (2 Timóteo 3:15 – 17). Tão completa é a Escritura que o seu Autor proíbe peremptoriamente (absolutamente) que a ela se acrescente ou se diminua qualquer coisa (Deuteronômio 4:2; Apocalipse 22:18, 19). A. A. Hodge escreveu: — **“a Escritura ensina de fato um perfeito sistema de doutrina e todos os princípios necessários à regulamentação prática das vidas dos indivíduos, das comunidades, e das Igrejas. Quanto mais diligentes forem os homens no estudo da Bíblia, e mais frequentemente puserem em prática as suas instruções, tanto menos lhes será possível crerem que, qualquer item da regra perfeita, é**





incompleta quanto àquilo que o homem deve crer a respeito de Deus, e dos deveres todos que Deus requer do homem”. Quando discutimos a Escritura como a revelação inspirada e final de Deus, que é suficiente e completa para a salvação, servir a Deus, fé e prática, não queremos dizer que não existam verdades que possam ser apreendidas fora dela. Dissemos anteriormente que certas coisas sobre Deus e sobre nós mesmos são entendidas através da revelação natural. Além disso, a Bíblia não é necessária para a prática da lógica elementar, da matemática simples e de observações básicas e superficiais. As conquistas de cientistas, engenheiros, artistas, arquitetos, médicos e de outros incrédulos no mundo são a prova disso. Entretanto, até mesmo nestas áreas da vida chamadas de seculares, os não-crentes, para fazerem alguma coisa, têm de conduzir os seus assuntos em conformidade com as pressuposições bíblicas. Noutras palavras, a Bíblia não apenas nos ensina sobre Deus, sobre nós mesmos, redenção e ética, ela é também o fundamento de todo o entendimento. Sem a revelação divina o homem não pode realmente entender nem dar a explicação de nada. Van Til escreveu: — **“Assim, pois, a Bíblia, como a inspirada e infalível revelação de Deus ao homem pecaminoso, está diante de nós como a luz em torno da qual todos os fatos do universo criado precisam ser interpretados. Tudo relativo a existência finita, natural e redentiva, funciona conforme um plano todo-inclusivo que está na mente de Deus. Nesse âmbito da atividade de Deus, seja qual for a percepção que o homem venha a alcançar, ele só a obterá observando todos os seus objetos de pesquisa à luz da Escritura. Para irradiarmos a verdadeira religião precisaremos ter como nosso princípio que é necessário começar com o ensinamento celestial e que é impossível ao homem obter a mínima porção que seja da justa e sã doutrina sem ser um discípulo da Escritura”**. Além disso não existe no universo





uma área de neutralidade ética. Até mesmo nas áreas que a Bíblia não trata diretamente, tal como engenharia estrutural e construção de foguetes, ela fala indiretamente. Tudo o que há na vida deve ser vivido para a glória de Deus, até mesmo as mais terrenas atividades devem ser conduzidas de acordo com os princípios gerais da Palavra de Deus. Por perfeição e suficiência da Escritura as confissões reformadas querem dizer que, para o homem, a Bíblia é um guia tão completo e perfeito quanto a tudo o que Deus requer que creiamos (salvação, doutrina, estatutos, etc.) e façamos (ética, santificação, ordenanças do culto, governo da Igreja, etc.) que ela não precisa de nenhuma complementação da parte do homem. As confissões reformadas enfatizam que a Bíblia não é uma regra entre tantas nem a melhor ou principal delas. **Ela é a única regra de fé e de prática.** A Primeira Confissão Helvética diz: — **“A Escritura Canônica [...] contém perfeitamente toda a piedade e boa ordenação da vida”** (Artigo 1). A Confissão Belga afirma: — **“Cremos que as Sagradas Escrituras contêm totalmente à vontade Deus [...] todo modo de adoração que Deus requer de nós está nela amplamente escrito [...]”** (Artigo 7). A Segunda Confissão Helvética declara: — **“E nesta Santa Escritura, a Igreja universal de Cristo tem todas as coisas referentes à fé salvadora plenamente expostas, e também os moldes de uma vida aceitável a Deus [...]”** (1:2). O Breve Catecismo de Westminster afirma: — **“A palavra de Deus, que se acha nas Escrituras do Antigo e do Novo Testamentos, é a única regra para nos dirigir na maneira de o glorificar e gozar”** (Resposta da Pergunta 2). O Catecismo Maior ensina: — **“As Escrituras Sagradas – o Antigo e o Novo Testamento – são a palavra de Deus, a única regra de fé e de obediência”** (Resposta da Pergunta 3). A Confissão de Fé de Westminster diz: — **“Todo o conselho de Deus concernente a todas as coisas necessárias para a glória dEle e para a salvação, fé e vida do homem, ou é**





expressamente declarado na Escritura ou pode ser lógica e claramente deduzido dela [...]” (I.VI, ênfase acrescentada). Falando positivamente, a Bíblia é a única regra de fé e obediência. Falando negativamente, é expressamente proibido aos homens, em qualquer hipótese, acrescentarem as suas próprias idéias, doutrinas e/ou preceitos à Escritura. A Confissão Francesa diz: — “E vendo que é a suma de toda a verdade, contendo tudo aquilo que se requer para a adoração a Deus e nossa salvação, afirmamos que não é lícito ao homem, não, nem mesmo aos anjos, acrescentar ou subtrair qualquer coisa a ou desta palavra, ou alterar nela o mínimo que seja**” (Artigo 5). A Confissão Belga afirma: — “**é ilícito a quem quer que seja, mesmo um apóstolo, ensinar outra coisa além do que agora somos ensinados nas Sagradas Escrituras: — nem um anjo vindo do céu, como disse o apóstolo Paulo. Pois desde que é proibido acrescentar ou subtrair qualquer coisa da Palavra de Deus, fica, portanto, assim evidente que a sua doutrina é a mais perfeita e completa em todos os aspectos. Nem consideramos de valor equivalente às divinas Escrituras qualquer escritura de homens, por mais santos que tenha sido; nem devemos considerar costume, ou grande multidão, ou antiguidade, ou sucessão de eras e pessoas, ou concílios, decretos, ou estatutos, como de igual valor à verdade de Deus, pois a verdade está acima de tudo; porque todos os homens são, em si mesmos, mentirosos e mais vãos que a própria vaidade. Portanto rejeitamos de todo coração tudo que discordar dessa infalível regra que nos foi ensinada pelos apóstolos [...]” (Artigo 7). A Segunda Confissão Helvética assevera: — “**e quanto a isso é expressamente ordenado por Deus que nada seja acrescentado ou retirado dela – isto é, das Sagradas Escrituras (Deuteronômio 4:2, Apocalipse 22:18, 19)**”. A Confissão de Fé de Westminster diz: — “**À Escritura nada se acrescentará em tempo algum, nem******





por novas revelações do Espírito, nem por tradições dos homens” (I.VI). O fato de a Bíblia ser suficiente, perfeita e completa torna em anti-bíblica e tola todas as tentativas de complementar seus ensinamentos, quanto a fé e à ética, com idéias e regras da mente do homem. Contra os entusiastas do espiritualismo, os carismáticos, os adivinhos e todos os falsos profetas, a Confissão de Fé de Westminster declara que: — **“à Escritura nada se acrescentará em tempo algum, nem por novas revelações do Espírito”**. Contra os papistas e todos os que intrometem tradições humanas nos preceitos, nas ordenanças, no culto ou governo da Igreja, as confissões reformadas condenam o acréscimo — **“por tradições dos homens à Palavra de Deus”**. A doutrina da perfeição e suficiência das Escrituras protege os crentes da tirania das exigências humanas. A ninguém (seja bispo, pai da Igreja, sínodo ou concílio) é permitido subjugar a consciência dos homens com qualquer doutrina ou exigência. Tudo deve estar embasado na Escritura, seja por um mandamento direto, ou por boa e necessária inferência. Por isso a Confissão de Fé de Westminster declara que: — **“só Deus é Senhor da consciência, e a deixou livre das doutrinas e mandamentos humanos que, em qualquer coisa, sejam contrários à sua Palavra, ou que, em matéria de fé ou de culto, estejam fora dela. Assim, crer em tais doutrinas ou obedecer a tais mandamentos, por motivo de consciência, é trair a verdadeira liberdade de consciência [...]”** (XX.II). Quanto às boas obras, a Confissão diz: — **“As boas obras são somente aquelas que Deus ordena em sua santa Palavra, não as que, sem a autoridade dela, são aconselhadas pelos homens movidos de um zelo cego, ou sob qualquer outro pretexto de boa intenção”** (XVI.I). Quanto ao culto, diz a Confissão: — **“mas, o modo aceitável de adorar o verdadeiro Deus é instituído por Ele mesmo, e é tão limitado pela sua vontade revelada, que Ele não pode ser**





adorado segundo as imaginações e invenções dos homens, ou sugestões de Satanás, nem sob qualquer representação visível, ou de qualquer outro modo não prescrito nas Escrituras” (XXI.I).

3 – A completude e finalidade da Escritura.

Quando as confissões reformadas afirmam a perfeição e suficiência da Escritura, e a Confissão de Westminster fala contra as novas revelações do Espírito, elas estão ensinando a completude e fechamento da Escritura. Por Escritura queremos dizer o cânon completo (os 66 livros do Antigo e do Novo Testamentos), a palavra de Deus escrita. No ponto atual da história da salvação (após a obra redentiva de Cristo ter sido concluída, após a pessoa e obra de Cristo ter sido explicada pelos profetas e apóstolos do Novo Testamento e o governo, culto e doutrina da Igreja da Nova Aliança terem sido completamente definidos pelo Espírito Santo na Escritura) o processo revelacional cessou. A Escritura não poderia estar completa senão após Jesus ter concluído a sua obra na Terra. Tudo na Escritura está, de algum modo, relacionado à pessoa e obra de Jesus Cristo. Ele é descrito como o ápice e a conclusão de Deus falando ao homem (Hebreus 1:1, 2). Nosso Senhor disse aos seus discípulos que lhes seria conveniente que Ele fosse, porque após a sua ascensão Ele enviaria o Espírito Santo para guiá-los a toda verdade (João 16:7, 13 – 15). Inspirados pelo Espírito Santo, os apóstolos e profetas do Novo Testamento deram-nos o fundamento (o cânon do Novo Testamento) sobre o qual construir as Igrejas da Nova Aliança (Efésios 2:20, 21). É fato histórico que a revelação divina cessou com a morte do último apóstolo. Ao longo da história, aqueles que afirmaram ter revelações diretas de Deus (por exemplo, os Montanistas, os profetas de Zwickau, os Irvingitas, os modernos carismáticos, etc.) foram sempre falsos profetas. Cristo e os apóstolos predisseram o surgimento dos falsos





profetas e advertiram-nos para não seguirmos às suas revelações mentirosas (cf. Mateus 7:15 – 23; 24:11; 2 Pedro 1 e seguintes; 2 Tessalonicenses 2:9 – 11; etc.). O fato de que a revelação cessou e de que a Escritura foi criada por Deus como totalmente suficiente às nossas necessidades (2 Timóteo 3:16, 17) significa que se quisermos conhecer a mente e a vontade de Deus, a nossa única fonte de conhecimento será a Bíblia. John Murray escreveu: — **“Para nós a Escritura tem um lugar e uma função exclusivos como o único modo de revelação que permanece existindo. Os que estão particularmente envolvidos nessa discussão tem por certo que a Escritura não continua a ser escrita, que ela é um cânon fechado. Admitindo-se isto, precisamos então considerar aquilo que os nossos oponentes não estão dispostos a admitir, isto é, que este é o conceito de Escritura ensinado e pré-suposto por nosso Senhor e seus apóstolos, e insistir que é essa concepção que deve ser aplicada ao cânon da Escritura como um todo. Como não temos mais profetas, nem o nosso Senhor está presente conosco como com os discípulos, nem temos meios de revelação como nos dias apostólicos, a Escritura em sua totalidade é, segundo o conceito de nosso Senhor e seus apóstolos, a única revelação da mente e da vontade de Deus a nós disponível. É isso que significa o encerramento da Escritura para nós; ela é a única Palavra revelacional de Deus que ainda vigora”**.

Paz e graça.

Pr. Me. Plínio Sousa.

[1] – Sola Scriptura e o Princípio Regulador do Culto, 1ª Edição — Março de 2001, Traduzido do original em inglês: Sola Scriptura and the Regulative Principle of Worship de Brian M. Schwertley, Editora Os Puritanos, p. 12 – 16.

